



O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o artigo 68, inciso I, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta à consideração desta Casa de Leis, o seguinte:

**PROJETO DE LEI Nº 096/2018**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial na importância de até R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento municipal um crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de até R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais):

**Suplementação**

07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.001.00.000.0000.0.000.	DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
07.001.12.361.1201.1.986.	FNDE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PAR 8320/2012	
1377 3.3.20.93.00.00	2001 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.000,00
07.005.00.000.0000.0.000.	DEPTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
07.005.12.361.1201.1.816.	AQUIS ÔNIBUS ESCOLAR RURAL PAR/SIMEC	
1378 3.3.20.93.00.00	2601 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.000,00

**Total Suplementação:..... 33.000,00**

**Art. 2º** - Os recursos indicados para cobertura do crédito autorizado conforme disposto no artigo anterior serão os resultantes de superávit financeiro e excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 16 de agosto de 2018.

**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**

## PROJETO DE LEI Nº 096/2018

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial na importância de até R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente.  
Nobres Vereadores

Estamos encaminhando para apreciação desta Casa de Leis o Projeto de Lei em tela que autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no valor de até R\$ 33.000,00. Este projeto visa a devolução de saldos financeiros de convênios firmados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que visavam a aquisição de móveis e utensílios para o CMEI Leopoldina Chudek; e da aquisição de ônibus escolares rurais. Conforme determinação do FNDE, o município tem a atribuição de prestar contas dos convênios firmados, como também a devolução de recursos estes remanescentes.

Diante do exposto, confiando no alto grau de espírito público que norteia as decisões desta Casa de Leis, pedimos e esperamos a aprovação do presente projeto.

Atenciosamente

**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**